

Possibilidades de avaliação e dificuldades na adequação da prática pedagógica para alunos com deficiência na Educação Física

Luan Gonçalves Jucáⁱ 

Centro Universitário União das Américas, Foz do Iguazu, Paraná, Brasil

Mirna Araújo Duarteⁱⁱ 

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Boa Viagem, Ceará, Brasil

Josefa Cibele Alves da Silvaⁱⁱⁱ 

Universidade Regional do Cariri, Iguatu, Ceará, Brasil

Carla Samya Nogueira Falcão^{iv} 

Universidade Regional do Cariri, Iguatu, Ceará, Brasil

Resumo

A educação desde sua origem apresenta-se como uma modalidade de acesso restrito, no qual nem todos tinham as mesmas oportunidades e direitos a aprendizagem. Com o passar do tempo surgiram documentos que salientavam um comprometimento maior com relação ao ensino à alunos com deficiências, reflexões e debates fizeram surgir políticas de incentivo e obrigatoriedade de uma educação agora chamada de inclusiva. O objetivo do presente estudo foi expor a partir das experiências vivenciadas no estágio, as dificuldades, bem como as possibilidades da prática pedagógica de Educação Física com alunos com diferentes deficiências e níveis de comprometimento da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE da cidade de Iguatu-CE. O estágio contribuiu de forma significativa tanto para os alunos quanto para os estagiários, havendo uma troca de conhecimento e experiências, possibilitando um crescimento pessoal, profissional e acadêmico, tornando-se de suma importância para o desenvolvimento do mesmo enquanto futuro docente.

Palavras-chave

Estágio Supervisionado. Educação Física. Educação Inclusiva.

Possibilities of evaluation and difficulties in adapting pedagogical practice for students with disabilities in Physical Education

Abstract

Education since its origin presents itself as a modality of restricted access, in which not all had the same opportunities and rights to learning. As time went by, documents emerged that stressed a greater commitment to teaching students with disabilities, reflections and debates gave rise to policies to encourage and oblige an education now called inclusive. The objective of the present study was to expose, based on the experiences of the internship, the difficulties as well as the possibilities of the pedagogical practice of Physical Education with students with different disabilities and levels of commitment of the Association of Parents and Friends of the Exceptional APAE of the city of Iguatu-CE. The internship has contributed significantly to both students and trainees, with an exchange of knowledge and experiences, enabling personal, professional and academic growth, becoming of paramount importance for the development of the same as a future teacher.

Keywords

Supervised Internship. Physical Education. Inclusive Education.



1 Introdução

A educação desde sua origem se apresenta como uma modalidade de acesso restrito, no qual nem todos tinham as mesmas oportunidades e direitos a aprendizagem. Nesse sentido, Silva Neto (2018) reitera que o futuro de cada pessoa era definido de acordo com padrões e determinantes criados, como cor da pele, raça e classe social. Aqueles que não tinham os parâmetros desejados pela sociedade eram excluídos e não tinham o direito ao conhecimento.

Com o passar do tempo as marcas de preconceito vão sendo expostas e as pessoas com deficiências se enquadrando perfeitamente nesse grupo. Na Antiguidade, estes eram vistos como seres amaldiçoados e negadas por familiares sendo trancafiadas em locais para não conviverem com outras pessoas. Havia também o direito de abandonar e até matar as crianças a partir do conhecimento de alguma deficiência ou comprometimento (SILVA NETO, 2018).

Sendo assim, essas pessoas que viviam secretamente aprisionadas não tinham nenhum contato com a escolarização durante toda sua vida, causando efeitos ainda mais devastadores ao seu desenvolvimento, comprometendo todos os aspectos: afetivo, intelectual, social e motor.

Segundo Camargo, Gomes e Silveira (2016) a partir da década de 1970, foram ocorrendo mudanças no que tange o contexto educacional, com o aumento dos casos de pessoas com deficiências surgiu a necessidade de criar espaços para que essas pessoas pudessem conviver com as demais que tinham os mesmos comprometimentos, surgindo assim a chamada educação especial ou escola especial.

Nesse sentido, no ano de 1973 foi criado o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), com intuito de promover uma política de ensino educacional de forma sistematizada para engajar os alunos com deficiência nos sistemas de ensino. Dentre suas atribuições seria ofertar uma formação continuada para os professores e uma organização e integração dos discentes em classes especiais.

Muitas críticas surgiram com esse novo modelo de ensino, visto que os alunos não conviviam com os demais estudantes tidos como convencionais. Nessa

perspectiva, após debates entre pais, professores, gestores e autoridades fez-se acontecer a integração dos alunos com deficiência nas escolas de ensino regular.

Essa inserção a princípio ocorreu de forma equivocada, os alunos que antes eram segregados começam a frequentar a escolar regular, estes devendo moldar-se ao sistema de ensino escolar e não a escola adaptar-se as formas de ensino à inserir esses alunos no processo de aprendizagem. Neste contexto Camargo, Gomes e Silveira (2016) afirmam que deu-se ênfase ao termo Integração, consistindo o processo de inserção do aluno em sala de aula mas não oportunizando-o e favorecendo práticas para seu aprendizado.

De acordo com Mantoan (2003) se faz necessário entender a diferença entre integração e inclusão. O primeiro diz respeito a inserção do aluno no ensino regular sem levar em consideração adaptações que sejam necessárias para o discente se desenvolver nesse ambiente. Enquanto a inclusão promove um processo adaptação escolar para o acolhimento do aluno em sala de aula, dando subsídios para sua manutenção e aprendizagem na escola.

A partir década de 1990, houve o surgimento de documentos que salientavam um comprometimento maior com relação ao ensino à alunos com deficiências, assim como, reflexões e debates que resultaram em políticas de incentivo a obrigatoriedade de uma educação agora chamada de inclusiva. Deste modo, os professores tiveram que se qualificar e repensar suas metodologias de ensino, buscando conhecer as realidades e deficiências dos estudantes (CAMARGO; GOMES; SILVEIRA, 2016).

Dentre esses professores está o da disciplina de educação física. Visto que, foi uma área que passou por muitas reformulações, principalmente no que refere-se a contemplação de diferentes metodologias de ensino, objetivando integrar e atender todos os alunos, sejam com deficiência ou não.

De acordo com Chicon (2013) a educação física surge na época como forma necessária para curar as pessoas com deficiências através dos hábitos saudáveis, já que estes eram considerados “doentes”, o que tornava a disciplina essencial, devido a utilização do exercício físico como conteúdo. Em contrapartida, haviam o suporte de instituições como a Associação de Pais e Amigos Excepcionais (APAE) que auxiliavam no “tratamento”.

No decorrer do tempo esse pensamento foi entrando em desuso e a educação física associa-se a outra vertente, auxiliar os alunos no seu desenvolvimento integral. Nesse sentido, as instituições de ensino superior começaram a dar ênfase na formação de professores com intuito de capacitá-los para trabalhar de forma conjunta com todos os alunos, independentemente de ter ou não deficiência. O objetivo era formar professores conscientes capazes de promover um ambiente propício de aprendizagem e respeito entre todos.

Desse modo, o discente ainda no ensino superior tem a oportunidade de vivenciar na prática como é trabalhar em sala de aula, realizar planejamento, escolher metodologias e lidar com uma diversidade de alunos com diferentes características. O estágio supervisionado possibilita essa experiência ao graduando e o norteia em seu futuro enquanto profissional.

Nessa perspectiva, Azoline e Bossle (2012) mencionam que o Estágio Supervisionado, imprescindível em cursos de licenciatura, tem como finalidade preparar o futuro professor através de experiências práticas. O estágio atua como um meio para que o discente vivencie a realidade social e estrutural que compõem o sistema de ensino, a fim de fornecer um conhecimento adequado para atuar no mercado de trabalho e enfrentar os desafios da carreira.

Na Educação Física, o estágio contempla os diferentes níveis de ensino, que vão desde a educação básica a educação inclusiva e trata-se de uma disciplina teórico-prática assegurada pela Lei nº 11.788 (BRASIL, 2008). Nesse sentido, é atribuição do professor buscar em suas práticas pedagógicas, de acordo com a realidade do aluno, utilizar de recursos que venham de encontro às necessidades de tornar o ensino mais prazeroso e significativo (CAMARGO; GOMES; SILVEIRA, 2016).

Tendo em vista a realidade da educação inclusiva, o decreto nº 7.611/2011 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), dispõe o acesso de alunos com deficiência a educação em todos os âmbitos do ensino, devendo essa proporcionar igualdade de oportunidades para todos. Nessa perspectiva, surge a necessidade de adequar os conteúdos para atender às necessidades individuais de cada aluno.

De acordo com Lopes (2016) no que se refere a Educação Física, esta é uma área de ensino que possibilita a inclusão por apresentar diferentes meios de abordar

um determinado conteúdo. Apesar de suas possibilidades, muitos professores possuem dificuldades na adequação da sua prática pedagógica, podendo ser um fato advindo de uma “Educação Física exclusiva”, que frequentemente está associada a modalidade de ensino regular.

Ainda segundo o autor é possível observar frequentemente nesse cenário a falta de conhecimento/vivência dos professores para planejar e lidar com alunos com diferentes deficiências ou graus de comprometimento. Vale salientar que a responsabilidade dessa realidade é advinda não somente da falta de preparação desses profissionais, como da falta de recursos e capacitações para atender esse público.

Diante do exposto, surgiu o seguinte problema: averiguar as dificuldades enfrentadas durante a prática pedagógica do estágio V, bem como a necessidade de buscar novas metodologias para a inclusão de todos os alunos durante as vivências pedagógicas.

Assim, o presente artigo tem como objetivo, expor a partir das experiências vivenciadas no estágio, as dificuldades, bem como as possibilidades da prática pedagógica da Educação Física com alunos com diferentes deficiências e níveis de comprometimento da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE da cidade de Iguatu-CE.

2 Metodologia

O presente estudo trata-se de uma pesquisa de campo de caráter qualitativo de tipo descritivo. Segundo Varanda, Benites e Neto (2019) a pesquisa qualitativa busca compreender de forma mais aprofundada as relações do convívio humano, levando em consideração o contexto social no qual o sujeito está inserido e os valores e crenças que estão intrínsecos a sua personalidade. No que diz respeito ao caráter descrito da pesquisa, busca-se apresentar novos conhecimentos sobre a temática que está sendo desenvolvida, analisando variáveis e características que se relacionam, estabelecendo uma interpretação dos dados sem intervenção do pesquisador (NUNES; NASCIMENTO; LUZ, 2016).

A construção desse artigo estruturou-se a partir da vivência de estudantes do curso de educação física na disciplina de estágio supervisionado V da Universidade Regional do Cariri na cidade de Iguatu-CE. O estágio curricular foi realizado na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE da respectiva cidade. Foram ministradas aulas para duas turmas, sendo Futebol Recreação desenvolvida em uma arena de futebol e Natação para Idosos em uma casa de apoio à idosos com deficiência. Outras atividades com modalidades esportivas diferentes também eram desenvolvidas, sendo estas conhecidas por projetos.

Esses projetos aconteciam devido a uma parceria entre a instituição de ensino (APAE) e a Ente Nazionale per l'energia Elétrica (ENEL), tendo como intuito ampliar as possibilidades de modalidades esportivas e oportunizar alunos com diferentes tipos de deficiência, buscando por meio das práticas esportivas a inclusão, autonomia e a socialização desses alunos frente a sociedade.

Os alunos contemplados nesses projetos possuíam diferentes tipos de deficiência, dentre elas, física, intelectual, autismo, síndrome de Down. Havia uma grande discrepância em relação as idades dos participantes, as aulas de natação eram realizadas com um público idoso, enquanto as aulas de Futebol apresentavam participantes com idade entre 18 à 50 anos.

As regências de estágio foram iniciadas no dia 01 de outubro de 2019 e finalizadas no dia 27 de novembro do mesmo ano. Foram ministradas aulas em duas turmas, sendo a primeira nas terças-feiras, das 08:20hrs às 10:00hrs na Areninha de Iguatu com a turma de Futebol Recreação e a segunda turma era contemplada nas quartas-feiras, das 07:10hrs às 08:10hrs com aulas de Natação para Idosos na casa de apoio à idosos com deficiência.

As metodologias utilizadas para elaboração das aulas deram-se a partir da observação prévia do comportamento dos estudantes e dos materiais disponíveis na APAE. A estrutura física dos locais de realização bem como recursos disponíveis no projeto, em geral eram vistos como satisfatórios. No entanto, o que prejudicava o andamento das aulas era a arena utilizada se localizar em um local aberto, sem cobertura, exposto ao sol, pois a temperatura elevava muito rápido, sendo assim, comprometendo o desempenho dos alunos nas atividades realizadas.

O principal método utilizado para avaliação das aulas era o Feedback dos alunos, estes mencionavam se a aula realizada foi prazerosa. Alguns alunos não conseguiam se comunicar com facilidade, sendo assim, estes eram avaliados de acordo com a expressão facial naquele momento, ou seja, se manifestavam alegria ou tristeza ao estar realizando as atividades propostas.

Nessa perspectiva, os dados explanados no estudo decorreram da análise de 20 diários de campo que foram preenchidos pelos estagiários após o término de cada aula ministrada durante o estágio supervisionado na Educação Inclusiva. E analisados a partir da observação de cada um destes, destacando aspectos como: aprendizados adquiridos pelos estagiários, dificuldades encontradas e estratégias para o melhor desempenho das aulas.

3 Resultados e Discussão

Durante a realização das regências os estagiários obtiveram experiências positivas para o seu crescimento profissional, como melhorias na elaboração das aulas, levando em consideração as diferentes particularidades apresentadas pelos estudantes. No entanto, nas primeiras regências foi possível perceber a ansiedade e o medo dos estagiários de lidar com o novo, devido não terem vivenciado de forma efetiva em nenhum momento da graduação. Porém, no decorrer das aulas criou-se vínculos de confiança que facilitou o andamento de todo o processo.

Tendo em vista essa problemática, os estagiários buscaram diferentes estratégias para alcançar seus objetivos para com as turmas e que proporcionassem uma aprendizagem significativa para os alunos. De início, buscou-se criar um vínculo de respeito e confiança entre os estudantes e estagiários, tornando o ambiente amigável. Outra estratégia adotada, foi manter sempre o diálogo com o professor colaborador, buscando obter o máximo de informações possíveis sobre as principais características dos alunos, para que assim, fossem adotadas metodologias que colaborassem para o alcance dos objetivos de forma efetiva, contemplando toda a turma.

Segundo Girardi, Rechia e Tschoke (2019) a acessibilidade surge inicialmente com o conhecimento das especificidades de cada indivíduo. Sendo importante



ressaltar que as pessoas com deficiências não devem ser subestimadas por terem alguma limitação, mais sim, potencializar suas qualidades e ampliar seu repertório. Tornando-se crucial a participação de professores e família nesse processo.

Nesse contexto, os estagiários foram se adequando as peculiaridades das turmas e planejando aulas cada vez mais atrativas, que possibilitassem a participação de todos independente da sua deficiência. A principal estratégia metodológica, foi realizar atividades que se assemelhassem a tarefas cotidianas, como por exemplo vestir uma camisa, destampar garrafas, encher copos com água, transportar objetos sem derrubá-los, entre outras.

O principal recurso utilizado para a construção e desenvolvimento das aulas foi o jogo, este possibilitou que todos os alunos participassem de forma efetiva nas atividades, levando em consideração as adaptações necessárias por parte dos professores. Para Mori et al. (2017) o jogo possibilita a socialização, percepção e comunicação entre os discentes no momento em que se reúnem para formular ou discutir as regras, no ato de jogar desenvolvem seu vocabulário seja em diálogo com o outro ou consigo mesmo. O que pode contribuir significativamente para o progresso do aluno com deficiência.

É importante salientar que para a realização de certos jogos requeriam a utilização de recursos materiais que a instituição de ensino disponibilizava alguns como bolas, bambolês, cones. No entanto, nem sempre eram suficientes para atingir os objetivos propostos para as aulas, sendo necessário a confecção de alguns deles pelos estagiários.

Os recursos materiais têm por função dar suporte ao professor em suas atividades, visto que, para incluir um aluno cego em uma prática de futebol é necessário ter uma bola com guizo ou para um aluno amputado aprender a nadar necessita de prancha ou espaguete para flutuar. Diante esta assertiva, Alves e Duarte (2014) destacam que as utilizações de materiais são necessárias para atingir as metas estabelecidas para a aula.

Nesse sentido, nota-se que é de suma importância que o professor busque trazer significado a suas práticas pedagógicas desenvolvidas no decorrer de suas aulas, apresentando conhecimentos que sejam utilizados pelos alunos, não somente

dentro do ambiente escolar, mas também em outros contextos, como em casa, na rua, no trabalho e em outros ambientes.

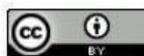
Sendo assim, é relevante compreender o sentido de aprendizagem significativa como a capacidade de oferecer uma diversidade de conteúdos aos alunos e que esse aprendizado ultrapasse o contexto escolar e se relacione ao que precisam saber para viverem de forma mais independente em sociedade, não tirando a capacidade dos mesmos em enfatizar se esses conhecimentos são importantes para sua vida (ARAÚJO; ARAÚJO; SILVA, 2016).

Com isso, nota-se que durante a formação acadêmica dos estagiários existem falhas no que diz respeito a educação inclusiva, o que pode ser um dos motivos da despreparação para atuar com as pessoas com deficiência no ambiente escolar. Durante a graduação, apenas uma disciplina aborda a educação física voltada à educação inclusiva, assim, foi possível perceber que esse curto período de aprendizagem obtido na universidade não é suficiente para preparar docentes capazes de trabalhar com turmas que apresentem alunos com diferentes especificidades.

Nessa perspectiva, Kondrashova et al. (2020) enfatizam ser essencial que as universidades forneçam suporte para a formação de professores modernos, que estes com a capacidade de entender as necessidades presentes na sociedade, tornem sua prática pedagógica mais criativa, de modo a ampliar sua autonomia em relação as escolhas enquanto futuros docentes.

Uma prática pedagógica criativa na aula de educação física é fazer proporcionar ao aluno vivências que por muitas vezes foi negado devido sua limitação, experimentar e expressar-se com o seu corpo em busca do autoconhecimento, é fazer ter consciência corporal dos seus movimentos, sentindo-se um ser ativo no seu processo de aprendizagem.

Dessa maneira, torna-se necessário a capacitação do profissional nos anos iniciais de sua formação, ao se deparar com a necessidade de adaptar sua metodologia para trabalhar na perspectiva da educação inclusa, este deve saber se posicionar diante a cada dificuldade encontrada e também desenvolver criticidade em relação ao que será desenvolvido com os alunos e a importância desse aprendizado no cotidiano dos mesmos (RODRIGUES, 2016).



Diante o exposto, os principais aprendizados adquiridos pelos estagiários foram a capacidade de adequar as suas aulas para contemplar turmas heterogêneas, também como identificar e diagnosticar as fundamentais necessidades educacionais dos alunos com deficiência a partir das características apresentadas por esses. Sendo assim, foi possível conhecer e aprender a melhor forma de se relacionar e se comportar perante as diferenças, respeitando as limitações de cada um e melhorando suas potencialidades.

4 Considerações finais

O processo avaliativo ao término de cada aula realizada, foi essencial para o desenvolvimento do ensino e aprendizagem, diagnosticando falhas ou benefícios nas propostas selecionadas para desenvolver junto aos estudantes. Dando suporte para a seleção correta dos procedimentos a serem utilizados no decorrer do estágio.

Apesar dos empecilhos no início desse processo, pôde-se notar que houve um grande aprendizado, pois, trabalhar com alunos com diferentes deficiências em uma única turma requer dedicação e comprometimento, principalmente no que diz respeito a elaboração de atividades em que todos sejam incluídos.

Portanto, foi possível compreender que para trabalhar com pessoas com deficiência é necessário estudar cada limitação especificamente e ter conhecimento de como adaptar uma mesma atividade no qual todos possam realizar, sendo possível desfruta-las de forma prazerosa, aprendendo a partir da prática algo novo que possa ser utilizado no cotidiano.

Contudo, o estágio contribuiu de forma significativa tanto para alunos quanto para os estagiários, havendo uma troca de conhecimento e experiências, possibilitando um crescimento pessoal, profissional e acadêmico, tornando-se importante para o desenvolvimento do mesmo enquanto futuro docente.

No entanto, sugere-se que em estudos posteriores utilizem métodos de avaliação sistemática, instrumentos como uma lista de verificação para identificar pontos específicos que se quer investigar, uma vez que, por meio da observação assistemática das aulas não são possíveis de serem analisados e discutidos de forma mais aprofundada.



Referências

ALVES, Maria Luiza Tanure; DUARTE, Edison. A percepção dos alunos com deficiência sobre a sua inclusão nas aulas de Educação Física escolar: um estudo de caso. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 28, n. 2, p. 329-338, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-55092014000200329>

ARAÚJO, Jânio Alexandre; DE ARAÚJO, Maria Janine Alexandre; SILVA, Maycon Adriano. Aproximações da teoria da aprendizagem significativa e a Educação Especial e Inclusiva. IN: III Congresso Nacional de Educação, 2016, Campina Grande. **Anais do III congresso Nacional de Educação, campina Grande, 2016**. Disponível em <http://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/20273>. Acesso em 24 ago. 2020.

AZOLINE, Lucas Carneiro; BOSSLE, Fabiano. **O estágio supervisionado na formação do professor de educação físico: um estudo autorreferente de um estudante da ESEF da UFRGS no ano de 2012**. Monografia - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

BRASIL. **Casa Civil, Lei nº 11.788 de 2008, Artigo1º, incisos 1 e 2**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/111788.htm. Acesso em 20 ago. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm#art11. Acesso em: 20 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto n. 72.425, de 3 de julho de 1973**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-72425-3-julho-1973-420888-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 08 set. 2020.

CAMARGO, Ana Maria Faccioli de; GOMES, Robéria Vieira Barreto; SILVEIRA, Selene Maria Penaforte. Dialogando sobre a política de educação especial na perspectiva inclusiva. IN: GOMES, Robéria Vieira Barreto et al (org.) **Políticas de Inclusão Escolar e Estratégias Pedagógicas no Atendimento Educacional Especializado**. Fortaleza: UFCE; Brasília: MC&C, 2016.

CHICON, Francisco José. Compreendendo a in/exclusão no contexto da educação física escolar. IN: CHICON, Francisco José; RODRIGUES, Graciele Massoli (org.) **Educação Física e os desafios da inclusão**. Vitória: EDUFES, 2013.

GIRARDI, Vania Lucia; RECHIA, Simone; TSCHOKE, Aline. Acessibilidade formacional: a percepção profissional na inclusão da pessoa com deficiência intelectual no lazer. **Educação & Formação**, v. 5, n. 1, p. 95-112, 9 dez. 2019. DOI: <https://doi.org/10.25053/redufor.v5i13.1180>

KONDRASHOVA, Lydiya Valentinovna et al. Desenvolvimento do potencial criativo de futuros professores: estratégia para melhorar a qualidade do ensino superior



pedagógico. **Educação & Formação**, v. 5, n. 3, p. e3292, 18 jul. 2020. DOI: <https://doi.org/10.25053/redufor.v5i15set/dez.3292>

LOPES, Lucas. **Possibilidades e dificuldades no processo de inclusão nas aulas de Educação Física no município de Cocal do Sul/SC**. Santa Catarina, 2016. Monografia - Universidade do Extremo Sul Catarinense, 2016.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér (org.). **Inclusão Escola: O que é? Por quê? Como fazer?**. 1. ed. São Paulo: Editora Moderna Ltda, 2003. 51p.

MORI, Nerli Nonato Ribeiro et al. Jogos e brincadeiras no desenvolvimento da atenção e da memória em alunos com deficiência intelectual. **Práxis Educativa**, v. 12, n. 2, p. 551-569, 2017. DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.12i2.0015>

NUNES, Ginete C.; NASCIMENTO, Maria Cristina D.; LUZ, Maria Aparecida C.A. Pesquisa Científica: conceitos básicos. **Id on Line Revista de Psicologia**, Fevereiro de 2016, vol.10, n.29. p. 144-151. Disponível em: file:///C:/Users/thiaq_000/Downloads/390-1085-1-PB.pdf. Acesso em: 05 ago. 2020.

RODRIGUES, Irene Elias (Org.). **Educação Inclusiva: Um desafio para o século XXI**. Jundiaí, SP: Paco, 2016.

SILVA NETO, Antenor de Oliveira et al. Educação inclusiva: uma escola para todos. **Revista Educação Especial**, v. 31, n. 60, p. 81-92, 2018. DOI: <https://doi.org/10.5902/1984686X24091>

VARANDA, Sarai Schmidt; BENITES, Larissa Cerignoni; DE SOUZA NETO, Samuel. O processo de validação de instrumentos em uma pesquisa qualitativa em Educação Física. **Motrivivência**, v. 31, n. 57, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2019e53877>

i **Luan Gonçalves Jucá**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2242-2779>

Discente do curso de Pós-Graduação em Docência no Ensino Superior com Metodologias Ativas de Aprendizagem pelo Centro Universitário União das Américas. Licenciado e Bacharel em Educação Física – URCA.

Contribuição de autoria: Coleta de dados, adequações metodológicas e escrita do texto.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3674924419106378>

E-mail: luanjucaedf@gmail.com

ii **Mirna Araújo Duarte**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9960-3463>

Discente do curso de Pós-Graduação Metodologias Interdisciplinares e Interculturais para o Ensino Fundamental e Médio Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Licenciada e Bacharel em Educação Física – URCA.

Contribuição de autoria: Escrita e revisão do texto.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1298113770759426>

E-mail: admirna@hotmail.com

Revista IMPA, Fortaleza, v. 1, n. 2, e020013, 2020. DOI: <https://doi.org/10.51281/impa.e020013>

<https://revistas.uece.br/index.php/impa>

ISSN: 2675-7427



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) Atribuição 4.0 Internacional.

iii **Josefa Cibele Alves da Silva**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4546-4944>
Licenciada e Bacharel em Educação Física Universidade Regional do Cariri - URCA
Contribuição de autoria: Escrita e revisão do texto.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2591755219468196>
E-mail: cibelealves.edfisica@outlook.com

iv **Carla Samya Nogueira Falcão**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6772-3199>
Professora do curso de Educação Física da Universidade Regional do Cariri -
URCA. Mestre em Saúde Coletiva - UECE. Membro do grupo de estudo e pesquisa
em Educação Física escolar - GEPEFE.
Contribuição de autoria: Planejamento e revisão do texto.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1003315989816233>
E-mail: ksamyaf@hotmail.com

Como citar este artigo (ABNT):

JUCÁ, L. G. et al. Possibilidades de avaliação e dificuldades na adequação da prática pedagógica para alunos com deficiência na Educação Física. **Revista de Instrumentos, Modelos e Políticas em Avaliação Educacional**, v. 1, n. 2, p. e020013, 6 jul. 2020. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/impa/article/view/3981>

